



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

SELEÇÃO DE BOLSISTAS DE EXTENSÃO

Projeto: Observatório de Direitos Humanos: a representação da atuação dos agentes de Segurança Pública em Santa Catarina

A **PROFESSORA Luana Renostro Heinen**, no uso de suas atribuições, conforme disposto no **EDITAL** nº 10/2021/PROEX – PROBOLSAS 2022 torna pública a abertura das inscrições ao processo seletivo destinado a classificar estudantes que irão desenvolver atividades de extensão no âmbito do Projeto Observatório de Direitos Humanos: a representação da atuação dos agentes de Segurança Pública em Santa Catarina (Registro SIGPEX nº 202118896).

1. DO OBJETO DA SELEÇÃO

1.1. O presente processo seletivo tem como escopo formar lista classificatória para o preenchimento de **vaga de bolsistas de extensão**, nos termos do EDITAL nº 10/2021/PROEX – PROBOLSAS 2022.

1.2. O projeto de extensão encontra-se anexo e visa realizar rodas de conversa sobre direitos humanos com entidades da sociedade civil e com policiais militares para identificar como representam as práticas dos órgãos de segurança pública no estado de Santa Catarina. Pretende-se que os relatórios produzidos a partir das rodas de conversa possam auxiliar na produção de dados (quantitativos) e informações qualificadas (narrativas – qualitativo) para subsidiar a concepção de políticas públicas e produzir diagnósticos sobre as violações de Direitos Humanos a serem apresentadas ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, no âmbito do mecanismo de Revisão Periódica Universal.

1.3 O plano de trabalho do(a) bolsista de extensão seguirá o plano apresentado ao EDITAL nº 10/2021/PROEX – PROBOLSAS 2022, conforme anexo.

2. DA CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

2.1. O(a) bolsista de extensão exercerá suas funções em 20 (vinte) horas semanais durante o período de vigência da bolsa.

2.2. A vigência da bolsa é de 1º de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

2.3 O valor mensal total da bolsa é de R\$ 420,00 (Quatrocentos e Vinte Reais).

3. DOS PRÉ-REQUISITOS PARA O PROCESSO SELETIVO E CLASSIFICAÇÃO

O(a) estudante candidato(a) à bolsa de extensão deverá:

3.1 Estar regularmente matriculado(a) em curso de graduação da UFSC;

- 3.2 Não ter colação de grau prevista para o período de vigência da bolsa;
- 3.3 Possuir índice de aproveitamento acumulado (IAA) igual ou superior a 6,0;
- 3.4 Dispor de 20 horas semanais para dedicação ao projeto;
- 3.5 Não ter relação de parentesco direto com o coordenador do projeto de extensão, o que inclui cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade até 3º grau;
- 3.6 Não ter vínculo empregatício nem receber outra bolsa de qualquer natureza (exceto a Bolsa Estudantil instituída pela Resolução nº 32/CUn/2013), conforme Resolução Normativa nº 9/2010/CUn.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições deverão ser realizadas no período de **18 de janeiro a 10 de fevereiro de 2022**, por meio do formulário eletrônico: <https://forms.gle/madQgAd6DbSSaZaH6>

As informações a serem fornecidas são:

I – Nome completo, endereço de e-mail, número de matrícula, curso e fase aproximada;

II - Histórico escolar atualizado;

III – Atestado de matrícula;

IV - Espelho de matrícula com os horários das disciplinas nas quais o(a) candidato(a) está matriculado(a);

V – Link do Currículo da Plataforma Lattes/CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>);

VI – Informação sobre suas atividades extraclasse, tais como participação em projetos e grupos de pesquisa ou extensão, estágios, cursos em andamento etc.

VII – Informação sobre seus conhecimentos de informática e possibilidade de acesso a computador e internet em seu local de residência;

VIII – Razões (incluindo cursos e experiências anteriores, se houver) para ser escolhido como bolsista que irá atuar no Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC para auxiliar no projeto do Observatório dos Direitos Humanos.

5. DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

5.1. Compete ao(à) bolsista:

5.1.1. Executar o plano de trabalho do(a) bolsista, com uma carga horária de 20 horas semanais, sob a orientação do coordenador do Projeto;

5.1.2. Apresentar relatórios parcial e final das atividades, conforme solicitação do coordenador;

5.1.3. Fazer referência à sua condição de bolsista de extensão da UFSC em projeto do IMDH, quando for o caso, nas publicações e trabalhos apresentados.

5.2. Compete a orientadora:

5.2.1. Orientar o(a) bolsista(a) nas distintas fases do trabalho de extensão;

5.2.2. Aconselhar e acompanhar na elaboração dos relatórios;

5.2.3. Estar em atividade na UFSC no período de vigência da bolsa solicitada.

6. DA SELEÇÃO e DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1. A seleção será realizada com base na documentação enviada e poderá ser complementada com entrevista virtual, possivelmente nos dias 14 ou 15 de fevereiro de 2022. Os candidatos serão avisados por publicação na página do CCJ¹ sobre sua seleção ou não para a entrevista, bem como sobre data e horário da entrevista.

6.2. A entrevista poderá ser realizada para aferir:

- a) os conhecimentos gerais do(a) candidato(a) sobre a temática do projeto de extensão;
- b) as potencialidades do(a) candidato(a) para o desenvolvimento das atividades de extensão; e
- c) a história acadêmica do(a) candidato, comprovada mediante currículo, e sua disponibilidade de tempo para a dedicação às atividades de extensão.

6.3. O(a) aluno(a) selecionado(a) somente poderá iniciar suas atividades após assinar o Termo de Compromisso de estudante bolsista.

6.4. O resultado final da seleção será divulgado na página do CCJ².

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A bolsa de extensão não gera vínculo empregatício com a Universidade.

7.2. Quaisquer pedidos de reconsideração podem ser feitos diretamente no email luana.heinen@ufsc.br em até 24 horas do ato a ser impugnado.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2022.

Professora Dra. Luana Renostro Heinen

¹ <https://ccj.ufsc.br/>

² <https://ccj.ufsc.br/>

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO DOS BOLSISTAS

Plano de trabalho do Bolsista 1

O bolsista será responsável por contatar as entidades da sociedade civil para a realização das rodas de conversa e oficinas, auxiliar na preparação das rodas de conversa e oficinas, acompanhar as atividades (presenciais ou remotas), organizar/reservar/preparar os locais (remotos ou presenciais) para realização das oficinas e rodas de conversa, durante as oficinas e rodas de conversa o bolsista será responsável por gravar e realizar as anotações das falas, após a realização das atividades elaborar (sob a orientação e conjuntamente com a coordenadora) o relatório final sobre como as entidades da sociedade civil que participaram das rodas de conversa compreendem/representam a atuação dos órgãos de segurança pública em Santa Catarina, adaptar o relatório final para ser publicado em formato e linguagem que possibilite subsidiar a elaboração de políticas públicas e a observação do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Administrar o site e as redes sociais com as informações do projeto. Fazer levantamento bibliográfico sobre experiências semelhantes para realizar uma formação interna com os professores e bolsistas do projeto sobre a direitos humanos, sociedade civil e a atuação dos órgãos de segurança pública.

Cronograma:

Março e abril de 2022: contatar as entidades da sociedade civil para a realização das rodas de conversa e oficinas, elaboração de ofícios e organização da agenda de atividades do ano - cada roda de conversa e oficina será realizada conforme a disponibilidade das entidades da sociedade civil que concordarem em participar do projeto. Fazer levantamento bibliográfico sobre experiências semelhantes para realizar uma formação interna com os professores e bolsistas do projeto sobre a direitos humanos a atuação dos órgãos de segurança pública.

Mai e junho de 2022: elaborar cartazes e flyers de divulgação, administrar o site e as redes sociais com as informações do projeto, preparação e organização da primeira roda de conversa, realização da roda de conversa - após a realização das atividades, elaborar (sob a orientação e conjuntamente com a coordenadora) o relatório final sobre como a entidade compreende/representa a atuação dos órgãos de segurança pública em Santa Catarina.

Julho de 2022: avaliação da primeira roda de conversa, preparação e realização da oficina sobre abordagem policial.

Agosto de 2022: preparação e realização da segunda roda de conversa e elaboração do segundo relatório.

Setembro de 2022: avaliação da segunda atividade, preparação e realização da segunda oficina sobre abordagem policial.

Outubro de 2022: preparação e realização da terceira roda de conversa e elaboração do terceiro relatório.

Novembro de 2022: avaliação da terceira atividade, preparação e realização da terceira oficina sobre abordagem policial.

Dezembro de 2022: elaboração do relatório final sobre todas as oficinas e rodas de conversa realizadas, publicação do relatório e divulgação no site e nas redes sociais. Enviar o relatório para Comissão Estadual de Direitos Humanos e entidades da sociedade civil participantes.

Plano de trabalho do Bolsista 2

O bolsista será responsável por contatar as instituições participantes do projeto (com auxílio e sob supervisão da coordenadora e demais professores do projeto) para a realização das rodas

de conversa e oficinas, auxiliar na preparação das rodas de conversa, acompanhar as atividades (presenciais ou remotas), organizar/reservar/preparar os locais (remotos ou presenciais) para realização das rodas de conversa, durante as oficinas e rodas de conversa o bolsista será responsável por gravar e realizar as anotações das falas, após a realização das atividades deverá elaborar (sob a orientação e conjuntamente com a coordenadora) o relatório final sobre como as instituições que participaram das rodas de conversa compreendem/representam a atuação dos órgãos de segurança pública em Santa Catarina, adaptar o relatório final para ser publicado em formato e linguagem que possibilite subsidiar a elaboração de políticas públicas e a observação do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Administrar o site e as redes sociais com as informações do projeto. Fazer levantamento bibliográfico sobre experiências semelhantes para realizar uma formação interna com os professores e bolsistas do projeto sobre a direitos humanos e órgãos de segurança pública.

Cronograma:

Março e abril de 2022: elaboração de ofícios, contatar instituições, organização da agenda de atividades do ano, fazer levantamento bibliográfico sobre experiências semelhantes para realizar uma formação interna com os professores e bolsistas do projeto sobre a temática.

Mai e junho de 2022: elaborar cartazes e flyers de divulgação, administrar o site e as redes sociais com as informações do projeto, realização da primeira roda de conversa; após a realização das atividades, auxiliar na elaboração do relatório final.

Julho e agosto de 2022: auxiliar na realização da avaliação da primeira atividade, auxiliar na preparação e realização da segunda roda de conversa, auxiliar na elaboração do relatório da segunda atividade.

Setembro e outubro de 2022: administrar o site e as redes sociais com as informações do projeto, auxiliar na realização da avaliação da segunda atividade, preparação da terceira roda de conversa.

Novembro e dezembro de 2022: administrar o site e as redes sociais com as informações do projeto, preparação e realização da terceira roda de conversa, auxiliar na elaboração do relatório final sobre todas as oficinas e rodas de conversa realizadas, publicação do relatório e divulgação no site e nas redes sociais. Enviar o relatório para Comissão Estadual de Direitos Humanos e instituições participantes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRO-REITORIA DE EXTENSÃO
SIGPEX

Projeto de Extensão

Observatório de Direitos Humanos: a representação da atuação dos agentes de Segurança Pública em Santa Catarina

Tipo: Ação de Extensão

Forma de Extensão: Projeto de Extensão

Número: 202118896

Data de 01/10/2021

Situação: Aprovado (15/12/2021 - Ad-referendum)

Dados Gerais

Resumo:

O Observatório dos Direitos Humanos do Instituto de Memória em Direitos Humanos da UFSC iniciou em 2020 o Projeto de extensão Observatório de Direitos Humanos: mapeamento dos atores de Defesa dos Direitos Humanos e construção da rede de atuação (SIGPEX Número 201918696) com o objetivo de mapear as entidades estatais, universitárias e organizações da sociedade civil que atuam na defesa e promoção dos Direitos Humanos em Florianópolis e em Santa Catarina. Em 2021, o projeto continuou em parceria com o curso de graduação em Relações Internacionais da UFSC, que ofertou uma disciplina optativa de extensão sobre direitos humanos, por meio da qual as entidades da sociedade civil foram contactadas. Questionadas sobre como esperam que a universidade contribua nas lutas por efetivação dos Direitos Humanos, algumas entidades informaram que o papel da universidade seria fornecer dados e narrativas sobre violência policial em Santa Catarina de modo a subsidiar as demandas da sociedade civil e da Comissão Estadual de Direitos Humanos perante o Estado para a construção de políticas públicas. Assim, em 2022, pretende-se realizar rodas de conversa sobre direitos humanos com entidades da sociedade civil, com policiais militares e com membros do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual para identificar como representam as práticas dos órgãos de segurança pública no estado de Santa Catarina. Pretende-se que os relatórios produzidos a partir das rodas de conversa possam auxiliar na produção de dados (quantitativos) e informações qualificadas (narrativas – qualitativo) para subsidiar a concepção de políticas públicas pelo Estado brasileiro (em especial Santa Catarina) e produzir relatórios sobre as violações de Direitos Humanos a serem apresentados ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, no âmbito do mecanismo de Revisão Periódica Universal.

Palavras Chave:

Direitos Humanos; Sociedade civil; Estado, Polícia, Segurança Pública.?

Período:

01/01/2022 até 31/12/2022

Público Alvo:

Entidades da sociedade civil que atuam na defesa dos Direitos Humanos.

Projeto/Programa tem sigilo ou confidencialidade?

Não



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRO-REITORIA DE EXTENSÃO

SIGPEX

Projeto de Extensão

Observatório de Direitos Humanos: a representação da atuação dos agentes de Segurança Pública em Santa Catarina

Tipo: Ação de Extensão

Forma de Extensão: Projeto de Extensão

Número: 202118896

Data de 01/10/2021

Situação: Aprovado (15/12/2021 - Ad-referendum)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRO-REITORIA DE EXTENSÃO
SIGPEX

Projeto de Extensão

Observatório de Direitos Humanos: a representação da atuação ...

Número: 202118896

Situação: Aprovado (15/12/2021 - Ad-referendum)

Caracterização

Área Temática Principal:

Direitos Humanos e Justiça

Área Temática Secundária:

Educação

Grande Área do conhecimento:

CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS

Linha de Extensão:

Grupos sociais vulneráveis

Está vinculado a um programa?

Não

Entidades envolvidas:

Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina

Carga Horária:

150.0

Locais de Atuação

País	Estado	Município
Brasil	Santa Catarina	Todos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO

SIGPEX

Projeto de Extensão

Observatório de Direitos Humanos: a representação da atuação ...

Número: 202118896

Situação: Aprovado (15/12/2021 - Ad-referendum)

Descrição

Contexto:

Após os trabalhos da Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina (CMV-UFSC), concluídos em 25 de setembro de 2018, a Comissão do Acervo sobre Direitos Humanos, criada pela Portaria No 2827/2017/GR, emitida pela Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 20 dezembro de 2017, começou a constituir um Acervo sobre Direitos Humanos a partir dos documentos levantados pela CMV-UFSC. Além desse Acervo, os docentes, técnicos e estudantes dessa Comissão articularam diversas ações voltadas para a promoção dos Direitos Humanos e a criação do Instituto de Memória e Direitos Humanos da UFSC (IMDH/UFSC). Uma das ações deste Instituto visa construir na UFSC um Observatório de Direitos Humanos. De modo a definir quais seriam os focos de atuação do Observatório, o primeiro passo foi a realização de um mapeamento das entidades estatais, universitárias e organizações da sociedade civil que atuam na defesa e promoção dos Direitos Humanos em Florianópolis e em Santa Catarina. O mapeamento foi proposto em 2019 e iniciado em 2020 com auxílio de duas bolsistas de extensão, graduandas em Direito na UFSC, do edital PROEX Probolsas - Projeto de extensão Observatório de Direitos Humanos: mapeamento dos atores de Defesa dos Direitos Humanos e construção da rede de atuação (SIGPEX Número201918696). Nesse primeiro ano, foram levantadas na internet e mídias digitais 240 entidades da sociedade civil, 150 entidades estatais e 100 entidades acadêmicas que trabalham a temática dos direitos humanos em Santa Catarina. Em 2021, o projeto continuou em parceria com o curso de graduação em Relações Internacionais da UFSC, que ofertou uma disciplina optativa de extensão sobre direitos humanos. Uma das atividades da disciplina consistiu em contatar as 240 entidades da sociedade civil identificadas inicialmente, a fim de compreender na prática e com mais profundidade seus setores e formas de atuação na promoção dos direitos humanos. No contato inicial com as entidades, questionadas sobre como esperam que a universidade contribua nas lutas por efetivação dos Direitos Humanos, algumas entidades informaram que o papel da universidade seria fornecer dados e narrativas sobre violência policial em Santa Catarina de modo a subsidiar as demandas da sociedade civil e da Comissão Estadual de Direitos Humanos perante o Estado para a construção de políticas públicas. Em 2022, pretende-se realizar rodas de conversa para identificar as práticas de segurança pública em SC.

Justificativa:

O Brasil será avaliado em 2022 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, no âmbito do mecanismo de Revisão Periódica Universal, que verifica o respeito aos direitos humanos por todos os países membros da ONU a cada 4 anos e meio. A sociedade civil pode se organizar para apresentar relatórios independentes dos relatórios oficiais do Estado sobre a situação dos direitos humanos no país e o cumprimento das recomendações anteriores da ONU. O Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC vem colaborando com o Coletivo RPU, que é uma organização de entidades da sociedade civil que monitora a participação do Brasil nesse mecanismo. Por meio das rodas de conversa propostas nesse projeto, pretende-se ouvir das entidades suas impressões e experiências sobre o papel da polícia em relação a comunidades vulneráveis. Essa escuta pode tanto subsidiar atuações futuras da universidade nesse tema, em conjunto com as entidades, como uma contribuição escrita sobre segurança pública para o relatório a ser remetido ao Conselho de Direitos Humanos da ONU por parte da sociedade. O diferencial dessa contribuição é que ela seria encorada nas falas e vivências sobre segurança pública da própria comunidade, a partir de narrativas e relatos qualitativos.

Objetivo Geral:

Realização de rodas com entidades da sociedade civil que atuam na defesa dos Direitos Humanos em Santa Catarina, policiais militares e membros da Defensoria Pública Estadual e do Ministério Público Estadual de modo a identificar como compreendem/representam a atuação dos órgãos de segurança pública, de modo a identificar possíveis situações de violência policial e como estas são compreendidas

por estas entidades. Como complementar a essa atividade, serão realizadas oficinas sobre como lidar com as situações de violência policial: quais os direitos de quem está sendo abordado pela polícia e como denunciar em caso de violência.

Objetivos Específicos

Linha	Objetivo Específico
1	Realizar com as entidades da sociedade civil selecionadas, com policiais militares e com membros do Ministério Público e da Defensoria Pública Estaduais as rodas de conversa sobre representação da atuação dos órgãos de segurança pública em Santa Catarina;
2	Realizar as oficinas voltadas para as entidades da sociedade civil, com apoio da Defensoria Pública Estadual, por meio da Defensora Ana Paula Fischer do Núcleo Especializado de Cidadania, Igualdade, Diversidade e Direitos Humanos e Coletivos (NUCIDH), sobre como lidar com as situações de violência;
3	Produção de relatórios sobre as narrativas das entidades da sociedade civil quanto a atuação dos órgãos de segurança pública e o respeito aos direitos humanos em Santa Catarina;
4	Produção de relatórios sobre as narrativas dos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública Estaduais quanto a atuação dos órgãos de segurança pública e a efetivação dos direitos humanos em Santa Catarina;
5	Subsidiar políticas públicas que visem aprimorar a atuação dos órgãos de segurança pública no Estado de Santa Catarina com especial atenção para o respeito aos Direitos Humanos;
6	Subsidiar os relatórios a serem apresentados pela sociedade civil perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, no âmbito do mecanismo de Revisão Periódica Universal, a ser realizado em 2022;
7	Construir o Observatório de Direitos Humanos do IMDH como projeto interdisciplinar com o envolvimento de docentes e alunos de diferentes cursos de Graduação (Direito, Relações Internacionais, Ciências Sociais, Jornalismo);
8	Participação do Observatório em Redes Internacionais de Defesa dos Direitos Humanos e interlocução com Entidades como a Organização dos Estados Americanos e a Organização das Nações Unidas.?
9	Consolidar o Observatório como lugar de interlocução das disciplinas de Direitos Humanos ministradas nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFSC com as necessidades e dificuldades práticas encontradas na defesa desses direitos.?

Metodologia:

As entidades a serem convidadas para as rodas de conversa serão selecionadas entre as que responderam os contatos feitos em 2021 no âmbito da disciplina de extensão (ministrada pela Profa. Clarissa Franzoi Dri), com atuação em setores dos direitos humanos com vinculação ou interesse na violência de Estado ou atuação das polícias, como coletivos de defesa dos direitos das populações negra, indígena, camponesa, LGBT, migrantes etc. Serão convidadas entidades com foco territorial em comunidades periféricas.

Durante o ano de 2022 serão realizadas três rodas de conversa com entidades da sociedade civil. Nestas conversas, os representantes das entidades serão convidados a falarem sobre como veem a atuação dos órgãos de segurança pública nas regiões que atuam, em especial a polícia militar. Buscaremos as narrativas com o objetivo de identificar espaços de violência diretos e indiretos, que podem estar implícitos nos discursos, de modo a compreender como as entidades entendem essa atuação e o que valorizam como uma atuação positiva, bem como as críticas que direcionam para os agentes do Estado. Nos questionamentos a serem realizados, não será tematizada diretamente a violência policial, pois buscaremos entender se os representantes da entidade identificam este como um problema nos setores que atuam ou não.

Após a realização destas rodas de conversa sobre a representação da atuação dos órgãos de segurança pública, as entidades serão questionadas se tem interesse em participar de oficinas sobre violência policial, de modo a saberem como proceder, caso uma violência ocorra. Para aquelas entidades interessadas, serão realizadas oficinas com apoio da Defensoria Pública Estadual de Santa Catarina, com a Defensora Ana Paula Fischer do Núcleo Especializado de Cidadania, Igualdade, Diversidade e Direitos Humanos e Coletivos (NUCIDH).

Também em 2022, pretende-se realizar uma roda de conversa com policiais militares para compreender como relacionam o papel dos direitos humanos em sua atuação na segurança pública. Serão lançadas perguntas voltadas a entender como os policiais atuam nas abordagens que realizam em diferentes contextos: em diferentes territórios (bairros periféricos e centrais), em abordagens diante da ocorrência de crimes (em especial furto, roubo, tráfico de drogas e lesão corporal), bem como em quais circunstâncias optam por abordar uma pessoa quando não há chamado ou informação sobre a ocorrência de um crime.

Serão realizadas, ainda, rodas de conversa com membros do Ministério Público e da Defensoria com o objetivo de identificar como representam as práticas dos órgãos de segurança pública em Santa Catarina conforme a experiência desses profissionais no acompanhamento de processos, em especial, a atuação do MP como órgão externo de controle da atividade policial.

Metas e Indicadores

Linha	Meta	Indicador
1	identificar como as entidades da sociedade civil avaliam e representam a atuação dos órgãos de segurança pública em Santa Catarina.	Realização das rodas de conversa com as entidades selecionadas e produção de um relatório final que possa tanto subsidiar políticas públicas quanto o relatório da Sociedade Civil perante o Comitê de Direitos Humanos da ONU/RPU.
2	auxiliar as entidades da sociedade civil a identificar situações de violações de direitos humanos na atuação dos órgãos de segurança pública e conhecerem os mecanismos institucionais de denúncia e apuração.	Realização de oficinas sobre como agir nas situações de violência policial e como denunciar.
3	Identificar como os policiais militares de Santa Catarina avaliam e representam a relação de sua atuação como órgão de segurança pública com os direitos humanos.	Realização de uma roda de conversa com os policiais militares e produção de um relatório final que possa tanto subsidiar políticas públicas quanto o relatório da Sociedade Civil perante o Comitê de Direitos Humanos da ONU/RPU.
4	identificar como os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública estaduais avaliam e representam a atuação dos órgãos de segurança pública com os direitos humanos.	Realização de uma roda de conversa com os policiais militares e produção de um relatório final que possa tanto subsidiar políticas públicas quanto o relatório da Sociedade Civil perante o Comitê de Direitos Humanos da ONU/RPU.?
5	Estreitar os laços da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial do IMDH/UFSC com a Defensoria Pública Estadual de Santa Catarina, na luta pela efetivação dos Direitos Humanos.	realização de oficinas e outras atividades conjuntas entre o IMDH/UFSC e a Defensoria Pública Estadual.

Resultados esperados:

Espera-se com a realização das rodas de conversa que se possa produzir um relatório que permita identificar como as entidades da sociedade civil, policiais militares, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública estaduais avaliam e representam a atuação dos órgãos de segurança pública em Santa Catarina. O relatório poderá subsidiar a produção de políticas públicas para aprimorar a atuação do Estado, bem como auxiliar a sociedade civil a apresentar suas demandas perante o Estado com apoio em dados e informações confiáveis. Subsidiar a atuação do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina – CEDH/SC. Possibilitar a produção de subsídios para a elaboração de relatórios da Sociedade Civil perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Planos de disseminação de resultados:

apresentação em evento; publicação de artigo; outros;

Referências Bibliográficas:

SHEERAN, Scott; RODLEY, Nigel. Routledge Handbook of International Human Rights Law. Londres: Routledge, 2013.
 HERRERA FLORES, Joaquín. A (re)invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
 DEMBOUR, Marie-Bénédicte. What Are Human Rights? Four Schools of Thought. Human Rights Quarterly, v. 32, n. 1, 2010, p. 1-20.
 PETERKE, Sven (Coord.). Manual prático de direitos humanos internacionais. Brasília: Escola Superior do MPU, 2010. Disponível em https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Manual_Pratico_Direitos_Humanos_Internacioais.pdf
 NÉRI, Almeida. Os direitos humanos à prova do tempo. Campinas: Unicamp, 2021. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1y-GIOzrPjGSxaauPz4oYCY64IK4Tm9Ok/view>
 VIEIRA, Oscar; DUPREE, Andrew. Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, ano 1, n. 1, 2004. Disponível em <https://sur.conectas.org/reflexoes-acerca-da-sociedade-civil-e-dos-direitos-humanos/>
 Pesquisa de Opinião Pública - Percepção sobre os direitos humanos no Brasil, Secretaria Especial dos

